



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CONTRATO Nº 14/2022

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE E A
EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E
REPRESENTAÇÕES EIRELI, PARA O FIM NELE
INDICADO.**

A **SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE**, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.642.415/0001-32, integrante da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, com sede na Av. Dr. José Martins Rodrigues, n.º 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar, Edson Queiroz, Fortaleza - CE, neste ato representada por seu Secretário, Carlos Décimo de Souza, portador da Carteira de Identidade n.º 3440207 SSP/DF e C.P.F. n.º 370.893.583-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** ou **SECITECE** e a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, CNPJ/MF n.º 07.468.050/0001-47, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Rosália, n.º 230, Messejana, Fortaleza – Ceará, CEP: 60871-060, Fone: (85) 32768830, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.468.050/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu representante legal, Marinalva Lima Pereira, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Almeida Filho, n.º 174, Montese, Fortaleza - Ceará, portador da Carteira de Identidade n.º 2002010249637-SSP-CE, e do CPF n.º 367.200.383-20, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico n.º 20210010 - SECITECE e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993 e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, processo nº 06628806/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20210010 - SECITECE e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. **Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades das áreas de ASSEIO E CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE E INFORMÁTICA (TI), da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.**

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da CONTRATANTE, sito a Universidade do Trabalho Digital – UTD, na Rua Major Facundo, 500 - Centro, Fortaleza – CE, na sede da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz – Palácio Iracema, Fortaleza-CE, e no Campus Multi-institucional Humberto Teixeira, localizado no município de Iguatu-CE, sito Av.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

Dário Rabêlo, 977 - Sete de Setembro, Iguatu – CE, sendo de responsabilidades da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE.

4.2. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: Empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 5.986.452,60 (cinco milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

5.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços com base nos acordos ou convenções coletivas de trabalho limitando-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, desde que observado o interregno mínimo de 01(um) ano e demonstrada a variação dos componentes dos custos efetivamente ocorridos e comprovados.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20210010 - SECITECE .

6.3. O percentual de provisionamento previsto no Grupo B da tabela de encargos sociais será devido no primeiro ano do contrato, no percentual máximo de 2,4324% (dois inteiros e quatro mil trezentos e vinte e quatro milésimo por cento), sendo este reduzido, no caso de prorrogação para 1/10 do percentual da proposta definitiva, nos termos da Lei nº 12.506/2011.

6.4. A ausência da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados a apresentação mensal da folha de pagamento dos funcionários com os comprovantes; listagem e comprovante de pagamento do vale alimentação, vale transporte, plano de saúde, GEFIP e conectividade social, guias e comprovantes do FGTS, INSS, PIS, COFINS, CSLL, rescisões de trabalho e guia com comprovante de pagamento do FGTS correspondente.

6.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.6.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

6.7. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTA CORRENTE VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO.

7.1. O montante dos depósitos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das provisões constantes no art. 4º da Lei Estadual nº 15.950/2016.

7.1.1. Quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular das obrigações trabalhistas, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, a CONTRATANTE fará os descontos nas faturas e realizará os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores e do FGTS.

7.1.1.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.2. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, que serão depositados pela CONTRATANTE em Conta Corrente Vinculada- Bloqueada para Movimentação específica, em nome do prestador dos serviços, conforme disposto no Anexo II da Instrução Normativa Conjunta nº 002/2021 - SEPLAG/CGE/SEFAZ de 05 de novembro de 2021, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no art. 6º da referida norma.

7.3. A CONTRATANTE provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados em Conta Corrente Vinculada- Bloqueada para Movimentação, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

7.4. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo, previstos de forma exemplificativa, serão aqueles indicados no Anexo I da Instrução Normativa Conjunta nº 002/2021 - SEPLAG/CGE/SEFAZ de 05 de novembro de 2021.

7.5. O saldo da conta corrente vinculada- bloqueada para movimentação, será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme definido no subitem 3.9.1.2 do Anexo II - Termo de Cooperação Técnica da Instrução Normativa Conjunta nº 002/2021 - SEPLAG/CGE/SEFAZ de 05 de novembro de 2021, firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

7.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste contrato que sejam retidos por meio da conta corrente vinculada- bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

7.7. Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá autorizar a CONTRATADA a utilizar os valores da conta corrente vinculada- bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no subitem 7.1 acima, ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

7.7.1. Na situação do subitem acima, CONTRATANTE e CONTRATADA, deverão observar as exigências previstas no art. 8ª da Instrução Normativa Conjunta nº 002/2021 - SEPLAG/CGE/SEFAZ de 05 de novembro de 2021.

7.8. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, será liberado à CONTRATADA no momento do encerramento do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme art. 12 da Instrução Normativa Conjunta nº 002/2021 - SEPLAG/CGE/SEFAZ de 05 de novembro de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos

31100001.19.122.211.20765.03.33903700.1.00.00.0.20
31100001.19.122.211.20864.03.33903700.1.00.00.0.20
31100001.19.122.411.20351.03.33903700.1.00.00.0.30
31100001.19.126.411.20417.03.33903700.1.00.00.0.30
31100001.12.363.442.20273.03.33903700.1.00.00.0.30
31100001.12.363.442.20436.03.33903700.1.00.00.0.30
31100002.12.364.451.20365.02.33903700.1.00.00.0.30
31100002.12.126.451.20505.02.33903700.1.00.00.0.30

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

9.2. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado neste instrumento, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

10.2. validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

10.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

11.2. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.3. Autorizar a CONTRATANTE, fornecendo os cálculos e os documentos necessários, a realizar os pagamentos de salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.3.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

11.4.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.5. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

11.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução deste contrato.

11.8. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

11.9. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.10. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11.11. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

11.12. Apresentar mensalmente junto à contratante no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.

11.13. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da contratante, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

11.14. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.15. Instalar em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório em no município de Fortaleza-CE.

11.16. Dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

11.17. Disponibilizar a(s) vaga(s) destinada(s) ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016, observando a disponibilidade de vaga(s) para todas as categorias constantes no item 4 do Anexo I – Termo de Referência.

11.17.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

12.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da contratante com observância das leis trabalhistas.

12.7. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.7.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.

12.7.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade.

12.7.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.9. Reembolsar à CONTRATADA os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, diárias e outros, conforme planilha aprovada pela SEPLAG.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. José Jarbas Rocha Sandras, Coordenador Administrativo-Financeiro, especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

c) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) Multa de 0,2% (dois décimo por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal desse contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou desconto da garantia contratual, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. A sanção prevista no subitem 14.1.2, poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

 



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

16.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 16.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 16.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 16.2.3. Indenizações e multas.

16.3. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior

16.4. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho conforme art. 64 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

16.5. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

16.5.1. A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

16.5.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.6. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.7. A CONTRATANTE poderá ainda:

16.7.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

16.7.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

16.8. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 01 de dezembro de 2022.

Pela CONTRATADA

Pela SECITECE


MARINALVA LIMA PEREIRA
Representante Legal


CARLOS DÉCIMO DE SOUZA
Secretário da SECITECE

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -

Planilha de Custo 36622 - N° Contrato: 14/2022 / N° SACC: 1247247

Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada.

CATEGORIA			TAXAS MONT. A						TOTAL	TAXAS MONT. B						TOTAL	TAXAS MONT. C			TOTAL	RESUMO	
CATEGORIA	QTD	S.B	AD.FUN.	AD.FUN.P.	ADICIONAL NOTURNO (7H)	INSAL.	PERIC	67,8066% ENC.SOC.	MON. A	94,50 CESTA BASICA	FARDA	INT.ITJ.1H	-2,00% TX.ADM.	24,80 V.A	4,50 V.T	5,18% TRIB.	MON. B	45,00 P. SAUDE	EPI	MON. C	MON. A+B+C	CUS. TOT
411010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	9	4.038,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.738,22	6.776,50	94,50	0,00	0,00	-135,53	540,14	0,00	397,47	896,58	45,00	0,00	45,00	7.718,08	69.462,72
411010 - ASSISTENTE TECNICO IV	5	7.228,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.901,12	12.129,21	94,50	0,00	0,00	-242,58	540,14	0,00	684,03	1.076,09	45,00	0,00	45,00	13.250,30	66.251,50
411010 - ASSISTENTE TECNICO I	3	5.204,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.528,82	8.733,06	94,50	0,00	0,00	-174,66	540,14	0,00	502,21	962,19	45,00	0,00	45,00	9.740,25	29.220,75
411010 - ASSISTENTE TECNICO II	2	5.785,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.923,09	9.708,79	94,50	0,00	0,00	-194,18	540,14	0,00	554,45	994,91	45,00	0,00	45,00	10.748,70	21.497,40
411010 - ASSISTENTE TECNICO III	1	6.241,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.232,17	10.473,70	94,50	0,00	0,00	-209,47	540,14	0,00	595,40	1.020,57	45,00	0,00	45,00	11.539,27	11.539,27
142105 - ASSISTENTE DE GESTÃO I	1	8.674,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.881,78	14.556,13	94,50	0,00	0,00	-291,12	540,14	0,00	813,97	1.157,49	45,00	0,00	45,00	15.758,62	15.758,62
411005 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	1	1.636,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.109,82	2.746,57	94,50	0,00	0,00	-54,93	540,14	99,80	187,17	866,68	45,00	0,00	45,00	3.658,25	3.658,25
411005 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO II	14	1.636,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.109,82	2.746,57	94,50	0,00	0,00	-54,93	540,14	0,00	181,71	761,42	45,00	0,00	45,00	3.552,99	49.741,86
514320 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7	1.337,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	906,74	2.243,98	94,50	0,00	0,00	-44,88	540,14	153,77	163,21	906,74	45,00	0,00	45,00	3.195,72	22.370,04
514320 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	20	1.337,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	906,74	2.243,98	94,50	0,00	0,00	-44,88	540,14	0,00	154,81	744,57	45,00	0,00	45,00	3.033,55	60.671,00
5143 - AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	1	1.493,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.012,76	2.506,36	94,50	0,00	0,00	-50,13	540,14	144,38	176,74	905,63	45,00	0,00	45,00	3.456,99	3.456,99

CATEGORIA			TAXAS MONT. A						TOTAL	TAXAS MONT. B						TOTAL	TAXAS MONT. C		TOTAL	RESUMO				
CATEGORIA	QTD	S.B	AD.FUN.	AD.FUN.P.	ADICIONAL NOTURNO (7H)	INSAL.	PERIC	67,8066% ENC.SOC.	MON. A	94,50 CESTA BASICA	FARDA	INT.ITJ.1H	-2,00% TX.ADM.	24,80 V.A	4,50 V.T	5,18% TRIB.	MON. B	45,00 P. SAUDE	EPI	MON. C	MON. A+B+C	CUS. TOT		
5143 - AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVICOS DIVERSOS	3	1.493,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.012,76	2.506,36	94,50	0,00	0,00	-50,13	540,14	0,00	168,85	753,36	45,00	0,00	45,00	3.304,72	9.914,16		
411005 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO IV	6	2.945,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997,13	4.942,46	94,50	0,00	0,00	-98,85	540,14	21,28	300,44	857,51	45,00	0,00	45,00	5.844,97	35.069,82		
411005 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO IV	6	2.945,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.997,13	4.942,46	94,50	0,00	0,00	-98,85	540,14	0,00	299,28	835,07	45,00	0,00	45,00	5.822,53	34.935,18		
411005 - AUXILIAR TECNICO ADMINISTRATIVO II	1	1.861,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.262,02	3.123,22	94,50	0,00	0,00	-62,46	540,14	86,33	206,60	865,11	45,00	0,00	45,00	4.033,33	4.033,33		
513205 - COZINHEIRO	1	1.546,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.048,87	2.595,73	94,50	0,00	0,00	-51,91	540,14	105,19	179,39	867,31	45,00	0,00	45,00	3.508,04	3.508,04		
513425 - COPEIRO	2	1.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895,05	2.215,05	94,50	0,00	0,00	-44,30	540,14	0,00	153,26	743,60	45,00	0,00	45,00	3.003,65	6.007,30		
212405 - ANALISTA DE SISTEMAS/SUPORTE IV	1	11.474,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.780,73	19.255,61	94,50	0,00	0,00	-385,11	540,14	0,00	1.065,56	1.315,09	45,00	0,00	45,00	20.615,70	20.615,70		
212310 - ADMINISTRADOR DE REDES	1	5.901,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.001,47	9.902,77	94,50	0,00	0,00	-198,06	540,14	0,00	564,84	1.001,42	45,00	0,00	45,00	10.949,19	10.949,19		
317110 - PROGRAMADOR PLENO	2	5.549,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.762,71	9.311,89	94,50	0,00	0,00	-186,24	540,14	0,00	533,20	981,60	45,00	0,00	45,00	10.338,49	20.676,98		
317210 - SUPORTE OPERACIONAL EM HARDWARE E SOFTWARE	2	3.237,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.195,20	5.432,65	94,50	0,00	0,00	-108,65	540,14	0,00	325,52	851,51	45,00	0,00	45,00	6.329,16	12.658,32		
782510 - MOTORISTA DE CAMINHÃO ACIMA DE 18T	3	1.979,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.341,97	3.321,08	109,80	0,00	0,00	-66,42	540,14	79,25	217,64	880,41	45,00	0,00	45,00	4.246,49	12.739,47		
	92																				Custo Total:	524.735,89		
																						Provisionamento:	(1,00%) 5.247,36	
																						Custo Total Geral:	529.983,25	
																						Custo Total Mensal	529.983,25	

Observação:

Obs. 1: Houve reajuste de salário, vale alimentação, conforme Convenção Coletiva 2023/2024 de Motorista (CE000586/2023) , Convenção Coletiva 2023/2024 de Informática (CE000522/2023) e Convenção Coletiva 2023/2024 de Asseio e Conservação (CE000508/2023).

Obs. 2: Houve reajuste do vale transporte conforme Decreto Municipal nº 15.576 de 07 de março de 2023.

Obs. 3: O Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal, em sua 5ª reunião ordinária de 2022, realizou no dia 21 de fevereiro de 2022, reafirmou o estabelecido na Resolução

COGERF nº. 05/2018, na qual determina que os contratos para a prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra terão como limite máximo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo – IPCA.

Obs. 4: A diferença de repactuação entre os valores estimados nesta Planilha de Custos (Anexo I) sobre a Planilha Executada pela Setorial, cabe à SECITECE mensurar o valor exato, haja vista que a execução contratual pode possuir variações.

Código: CONTA_VINCULADA_PADRAO

PARCIAL FINAL (21/07/2022 A 18/08/2022). NATUREZA DA DESPESA: 44909300 – INDENIZAÇÕES. VALOR (R\$): 1.851.231,73 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, duzentos e trinta e um reais e setenta e três centavos). ORDENADOR DE DESPESA: ANTÔNIO CAIO DE ABREU TIMBÓ Fortaleza, 01 de dezembro de 2022. ANTÔNIO CAIO DE ABREU TIMBÓ Ordenador de Despesa. SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, em Fortaleza, 01 de dezembro de 2022.

Antônio Caio Dde Abreu Timbó
SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE EDIFICAÇÕES

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº163/2022 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **VALE-TRANSPORTE ELETRÔNICO – VTE URBANO**, nos termos do § 3º do art. 6º do Decreto nº 23.673, de 3 de maio de 1995, aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, durante o mês de DEZEMBRO/2022. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, Fortaleza, 28 de novembro de 2022.

Ricardo da Costa e Silva Lima
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº163/2022 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

NOME DO SERVIDOR	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA Nº	TIPO	QUANT.	V. TOTAL
Jacqueline Cavalcante de Alencar	Supervisor de Núcleo	300091-1-8	A	44	171,60
José Flávio Guedes	Coordenador	125941-1-9	A	44	171,60
Kelly Ferreira Leite	Supervisor de Núcleo	300111-4-7	A	44	171,60
Kátia Michelle Barros Dias Ferráz	Orientador de Célula	300109-1-4	A	44	171,60
Leonel Ferras Bastos	Orientador de Célula	300000-2-1	A	44	171,60

*** **

PORTARIA Nº164/2023 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, delegadas pela Portaria nº 119/2022, publicada no DOE de 21 de julho de 2022, RESOLVE, nos termos do art. 1º da Lei nº 16.521 de 15 de março de 2018, CONCEDER **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo único desta Portaria, durante o mês de JANEIRO/2023. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, Fortaleza, 01 de dezembro de 2022.

Ricardo da Costa e Silva Lima
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº164/2023 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME COMPLETO	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	VALOR TICKET	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
ANTONIO VIDAL DA SILVA	MOTORISTA	112578-1-X	15,00	22	330,00
FRANCISCO VILMAR DE OLIVEIRA GADELHA	ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	125914-1-1	15,00	22	330,00
JOSÉ AIRTON RODRIGUES DE MORAIS	MOTORISTA	125917-1-3	15,00	22	330,00
JOSÉ FLÁVIO GUEDES	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	125941-1-9	15,00	22	330,00
MARIA DE FÁTIMA MARTINS VALE	DATILÓGRAFO	125931-1-2	15,00	22	330,00
MARIA INÊS DE OLIVEIRA FERNANDES	SECRETÁRIO	125919-1-8	15,00	22	330,00
NEILA MARIA LUCENA DE ARAUJO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	111488-1-6	15,00	22	330,00
RAIMUNDO QUEIROZ DE ALMEIDA	MOTORISTA	112577-1-2	15,00	22	330,00
TAD ALVES BENÍCIO	DATILÓGRAFO	115969-1-6	15,00	22	330,00

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 14/2022

CONTRATANTE: SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR – SECITECE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.642.415/0001-32, integrante da Administração Direta do Governo do Estado do Ceará, com sede na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Centro Administrativo Bárbara de Alencar, Edson Queiroz, Fortaleza - CE CONTRATADA: **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, CNPJ/MF nº 07.468.050/0001-47, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santa Rosália, nº 230, Messejana, Fortaleza – Ceará, CEP: 60871-060, Fone: (85) 32768830, inscrita no CNPJ sob o nº 07.468.050/0001-47. OBJETO: **Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades das áreas de ASSEIO E CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE E INFORMÁTICA (TI), da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20210010 - SECITECE e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993 e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, processo nº 06628806/2020 FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 5.986.452,60 (cinco milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos) pagos em até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 31100001.19.122.211.20765.03.33903700.1.00.00.0.20; 31100001.19.122.211.20864.03.33903700.1.00.00.0.20; 31100001.19.122.411.20351.03.33903700.1.00.00.0.30; 31100001.19.126.411.20417.03.33903700.1.00.00.0.30; 31100001.12.363.442.20.273.03.33903700.1.00.00.0.30; 31100001.12.363.442.20436.03.33903700.1.00.00.0.30; 31100002.12.364.451.20365.02.33903700.1.00.00.0.30; 31100002.12.126.451.20505.02.33903700.1.00.00.0.30. DATA DA ASSINATURA: 01 de dezembro de 2022 SIGNATÁRIOS: CARLOS DÉCIMO DE SOUZA, Secretário da SECITECE, pela CONTRANTE e MARINALVA LIMA PEREIRA, Representante Legal, pela CONTRATADA.

Rafael Arruda Maia
COORDENADOR ASJUR

*** **

Nº DO PROCESSO: 07298816/2019

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº02/2021

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 02/2021/SECITECE/MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE; II - OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo a **prorrogação do prazo** de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias a partir de 06 de outubro de 2022, nos termos previstos na Cláusula Nona e demais legislações aplicáveis.; III - VALOR GLOBAL: 0,00 (Sem alteração); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Convênio Original não alteradas por este instrumento; V - DATA E ASSINANTES: 26 de setembro de 2022. Carlos Décimo de Souza, SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR e José Maria de Oliveira Lucena, PREFEITO DE LIMOEIRO DO NORTE.

Carlos Décimo de Souza
SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

*** **

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO PARA ORDEM DE COMPRA Nº01/2020

I – ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO PARA ORDEM DE COMPRA Nº 01/2020; II – CONTRATANTE: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE; III – CONTRATADA: **MLW INTERMED HANDELS- UND CONSULTINGGESELLSCHAFT FÜR ERZEUGNISSE UND AUSTRÜSTUNGEN DES GESUNDHEITS- UND BILDUNGSWESENS MBH (MLW INTERMED GMBH)**; IV - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Acordo de Ordem de Compra e Venda tem fundamento no Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como no processo nº 08078780/2019; V – FORO: Fortaleza-CE; VI – OBJETO:

